



Além da edição impressa, as notícias do Agronegócio são publicadas diariamente no site do JC. Aponte a câmera do celular para o QR Code e acesse.  
www.jornaldocomercio.com/agro



# Pedidos de recuperação judicial crescem 163% no RS

Pressão climática e crédito mais restrito ampliam fragilidade financeira do setor, e especialistas veem risco estrutural

Claudio Medaglia  
claudiom@jcrs.com.br

O agronegócio brasileiro registrou um expressivo avanço no número de recuperações judiciais. Mas nenhum estado concentra um salto tão significativo quanto o Rio Grande do Sul. Entre o terceiro trimestre de 2024 e o mesmo período de 2025, o total de empresas gaúchas do setor em processo de reorganização passou de 35 para 92, um aumento de quase 163%. Os dados constam no Monitor RGF, plataforma da consultoria paulista RGF & Associados, especializada em reestruturação empresarial.

No País, o total de recuperações judiciais subiu de 264 para 443, alcançando o maior número da série histórica monitorada pela consultoria. O levantamento utiliza o Índice de Recuperação Judicial (IRJ-RGF), que calcula quantas empresas, a cada mil em atividade, se encontram em recuperação judicial.

No caso gaúcho, a pressão é especialmente concentrada em uma cadeia produtiva: 70 das 92 recuperações no Estado pertencem ao complexo soja. O segmento também lidera o ranking nacional, com 194 empresas em processo de reestruturação.

De acordo com a RGF, 3,5% das empresas do agro gaúcho estão em recuperação judicial, grande parte formada por produtores de soja de base familiar. O cenário resulta da combinação entre quebras de safra, eventos climáticos extremos e características estruturais da atividade,

como custos elevados, alto nível de alavancagem e um ambiente de crédito restrito e juros altos.

Para a especialista em reestruturação Roberta Gonzaga, da RGF, o avanço das recuperações no RS não pode ser lido apenas como efeito imediato de eventos climáticos. Ela observa que, desde o início do monitoramento, no segundo trimestre de 2023, o total de empresas em recuperação no Estado cresceu cerca de 90%, com destaque para o agronegócio – setor que apresenta o maior índice relativo de recuperações judiciais.

Esse fortalecimento do indicador decorre de um conjunto de fatores que, somados, deterioraram gradativamente a saúde financeira das empresas. A sequência começou em 2021 e se intensificou nos anos seguintes. O Estado acumula cinco anos consecutivos de adversidades climáticas, alternando estiagens severas – entre 2020 e 2023 – e perdas causadas por excesso de chuvas – entre 2023 e 2025. A soja, cultura mais sensível e de maior peso econômico, concentra os prejuízos.

Para o advogado André Estevez, especialista em reestruturação empresarial e sócio do escritório Estevez Advogados, a diferença entre o RS e outras regiões está no caráter recorrente das perdas. Ele avalia que, no Estado, as crises climáticas deixaram de ser esporádicas e passaram a ocorrer praticamente todos os anos, acumulando impacto sobre um passivo que já vi-



No Brasil, total de pedidos de reestruturação alcançou o maior patamar da série histórica

nha elevado.

Mesmo culturas consolidadas, como o arroz, enfrentam dificuldades. No caso dos arrozeiros, o problema predominante não é a quebra de safra, mas a queda de preços e a formação de excedentes, que comprimem margens e dificultam o pagamento de financiamentos.

A pressão climática se soma ao ambiente financeiro adverso. Segundo o advogado Guilherme Caprara, sócio da MSC Advogados, mesmo com anúncios de volumes recordes no Plano Safra 2025/2026, o crédito efetivamente disponível diminuiu. Bancos e

tradings passaram a adotar critérios mais rígidos, reduziram prazos e ampliaram exigências de garantias, o que limitou a capacidade de rolagem da dívida.

A baixa cobertura de seguros rurais agrava o quadro. As seguradoras enfrentam dificuldades para honrar indenizações em anos de perdas intensas, e os instrumentos de mitigação de risco climático ainda são pouco diversificados, deixando o produtor mais exposto.

Além dos fatores conjunturais, especialistas identificam falhas estruturais na gestão financeira das empresas rurais.

Estevez aponta que muitos produtores não acompanham adequadamente fluxo de caixa, exposição ao crédito e impacto das safras sobre o passivo acumulado. Com isso, decisões estratégicas acabam sendo tomadas tardiamente.

Caprara reforça que, em boa parte dos casos, o pedido de recuperação judicial ocorre quando as alternativas de renegociação já se esgotaram. Produtores oferecem novas garantias justamente no momento em que a capacidade financeira está mais fragilizada, o que aprofunda o risco de insolvência.

## Gestão profissionalizada é chave para a retomada

Segundo Roberta Gonzaga, do Monitor RGF, uma parcela relevante do setor ainda carece de gestão mais profissionalizada, capaz de fortalecer a estrutura financeira e operacional das empresas. Para ela, é justamente esse aprimoramento interno – associado a processos de reestruturação bem conduzidos – que permite atravessar momentos de forte pressão externa e criar condições reais para voltar a crescer. Os projetos já implementados pela consultoria mostram redução consistente de impactos e maior capacidade

de reação entre empresas que adotaram esse modelo.

Para 2026, Roberta avalia que a retomada depende não apenas da ampliação de linhas de financiamento e de programas de renegociação de dívidas, mas também de avanços em gestão financeira e de riscos, reduzindo a chance de decisões tardias e de ingresso no regime de recuperação judicial.

Conforme os especialistas, a pressão financeira deve continuar ao longo de 2026. O alívio mais consistente tende a ocorrer apenas a partir de

2027, com a possível recomposição das safras, redução dos juros e eventual recuperação dos preços internacionais.

Apesar da gravidade do atual ciclo de endividamento, a avaliação é de que a crise pode servir como ponto de inflexão. Seguros mais robustos, expansão da irrigação, crédito alinhado ao ciclo produtivo e gestão profissionalizada são apontados como elementos essenciais para evitar que as recuperações judiciais se consolidem como um problema estrutural do agronegócio gaúcho.

## Números da crise

**Recuperações judiciais no agro\***

■ RS: 35 ➔ 92 em um ano (163%)

■ Brasil: 264 ➔ 443 (68%)

**Complexo soja no RS:** ■ 70 casos

**Participação do RS no total nacional:** 92 de 443

**Empresas do agro gaúcho em RJ:** 3,5%

\*3º trimestre de 2024 a 3º trimestre de 2025

**Por que as RJs cresceram**

Principais fatores apontados pelos especialistas:

- ➔ Cinco anos consecutivos de perdas climáticas
- ➔ Crédito mais restrito, juros elevados e maior exigência de garantias

- ➔ Falhas de gestão financeira e decisões tardias
- ➔ Baixa cobertura de seguros rurais
- ➔ Custos altos e maior alavancagem no agro
- Como evitar a recuperação judicial**
- Caminhos apontados por especialistas
- ➔ Profissionalização da gestão e controle financeiro
- ➔ Gestão de riscos e planejamento de longo prazo
- ➔ Renegociação antecipada de dívidas
- ➔ Seguro rural mais robusto
- ➔ Ampliação da irrigação
- ➔ Crédito alinhado ao ciclo produtivo